

STEMAC S/A GRUPOS GERADORES NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**5.6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são subsequentemente remensurados ao seu valor justo. As variações no valor justo de derivativos são registradas na demonstração do resultado. **5.7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos, mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e pela provisão para *impairment* se necessária. **5.8. ESTOQUES:** Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas. **5.9. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO:** Uma propriedade para investimento é reconhecida como ativo quando: (a) for provável que os benefícios econômicos futuros associados à propriedade para investimento fluirão para a entidade; e (b) o custo da propriedade para investimento possa ser mensurado confiavelmente. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado. **5.10. IMOBILIZADO:** A Companhia realizou a revisão da vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Para fins dessa análise, a empresa se baseou na expectativa de utilização dos bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiência anterior com ativos semelhantes. O valor justo apurado em 31 de dezembro de 2009 foi considerado como o custo atribuído destes ativos em 1º de janeiro de 2009, data de transição às normas internacionais de contabilidade (IFRS - *International Financial Reporting Standards*). A variação entre o valor justo apurado em 31 de dezembro de 2009 e o custo de aquisição registrado no imobilizado em 1º de janeiro de 2009 foi reconhecida no Patrimônio Líquido. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado. **5.11. INTANGÍVEL:** a) Software e Implantação de Sistemas e Processos: Os custos associados à manutenção de softwares e implantação de sistemas e processos são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de aquisição e desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso; • A administração pretende concluir o software e usá-lo; • O software pode ser usado; • O software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; • Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar o software; e, • O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como partes do produto de software incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes. Outros gastos de desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente. b) Licenças: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. c) Desenvolvimento de Protótipos: São ativos intangíveis gerados internamente, gastos incorridos na fase de desenvolvimento para novos projetos e processos de produção de produtos, custos de testes para garantir que o ativo está funcionando de maneira apropriada, cumprindo com os critérios de viabilidade técnica e de geração de benefícios futuros. **5.12. IMPAIRMENT DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras. **5.13. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente, quando aplicável. **5.14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. **5.15. PROVISÕES:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **5.16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:** As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio. O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los. **5.17. APURAÇÃO DO RESULTADO:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. **5.18. RECONHECIMENTO DAS RECEITAS DE VENDAS:** A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções. A Companhia reconhece a receita quando: (I) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (II) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e, (III) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é

considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **5.19. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS:** A subvenção governamental é reconhecida quando existe razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas relacionadas à subvenção e de que ela será recebida. As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. A Companhia reconhece as subvenções governamentais como receita nos períodos apropriados uma vez que a mesma é recebida de uma fonte que não os acionistas e deriva de ato de gestão em benefício da entidade quando cumpre as regras das subvenções e determinadas obrigações. Assim como os tributos são despesas reconhecidas na demonstração do resultado, é lógico registrar a subvenção governamental que é, em essência, uma extensão da política fiscal, como receita na demonstração do resultado. **5.20. DIVIDENDOS:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. **5.21. Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis:** A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são: a) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; c) *Impairment* dos ativos imobilizados e intangíveis; d) Expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social; e, e) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa.

**NOTA 06 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC nº 48, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir: **a) Recebíveis:** São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de mercado; **b) Aplicações Financeiras:** São classificados como caixa e equivalentes de caixa e registráveis em curtíssimo prazo (inferior a 90 dias). Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado, com as variações nesses valores refletidas na demonstração do resultado; **c) Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais; **d) Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis; **e) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios. **Riscos de taxas de juros:** O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Para o gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotar política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros. **Riscos de taxas de câmbio:** A Companhia também está exposta ao risco de taxa de câmbio nas operações de captação de recursos indexadas a moeda estrangeira (Dólar e Euro). Para reduzir esse risco, a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio e para eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados, a Companhia contrata operações com instrumentos financeiros derivativos: **a) Política de uso dos derivativos:** conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A Companhia admite para fins de proteção do fluxo operacional e do fluxo financeiro, um valor máximo de USD 10MM (dez milhões de dólares) mensais de exposição cambial em moeda estrangeira (Dólar e Euro). A contratação de um derivativo deve ter como contraparte um ativo ou um passivo descoberto; **b) Objetivos dos derivativos:** O objetivo é o gerenciamento de riscos, eliminando possíveis variações não esperadas nos resultados da Companhia, advindas destas operações; **c) Política de mensuração dos derivativos:** por se tratar de instrumentos para eliminar as variações de ativos ou passivos descobertos, os derivativos são mensurados a valor justo na data de apuração. **Risco de crédito:** A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas. Os títulos vencidos da Companhia possuem garantias e são monitorados por equipe jurídica própria, que realiza cobrança administrativa e judicial. Os riscos são dimensionados e se classificados como prováveis são provisionados no resultado. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito. **Risco de liquidez:** A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata. **Gestão de risco de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

**NOTA 07 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2022	2021
Caixas Bancos	4.581	9.526
Aplicações Financeiras	80	799
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>5.392</b>	<b>10.327</b>

As aplicações financeiras são remuneradas de 20% até 100% da taxa CDI.

**NOTA 08 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

	2022	2021
Contas a Receber de Clientes Nacionais CP	36.594	49.488
Contas a Receber de Clientes Internacionais CP	65	76
Contas a Receber Partes Relac. CP (Nota 20)	26.080	27.301
Contas a Receber de Clientes Nacionais LP	2	9.148
	<b>62.741</b>	<b>86.013</b>
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(6.078)	(15.422)
<b>Total Provisão p/ Créd. de Liquid. Duvidosa</b>	<b>(6.078)</b>	<b>(15.422)</b>
<b>Total Contas a Receber de Clientes</b>	<b>56.663</b>	<b>70.591</b>
<b>Total Contas a Receber Circulante</b>	<b>56.661</b>	<b>61.443</b>
<b>Total Contas a Receber Não Circulante</b>	<b>2</b>	<b>9.148</b>

**Aging List Contas a Receber de Clientes**

	2022	2021
A vencer em até 3 meses	23.714	29.111
A vencer entre 3 meses a 1 ano	831	1.076
A vencer maior que 1 ano	2	9.148
Vencidos até 6 meses	27.593	22.416
Vencidos de 6 meses a 1 ano	111	1.298
Vencidos de 1 a 2 anos	947	8.003
Vencidos de 2 a 3 anos	759	986
Vencidos há mais de 3 anos	8.784	13.975
<b>Contas a Receber de Clientes</b>	<b>62.741</b>	<b>86.013</b>

**NOTA 09 - ESTOQUES**

	2022	2021
Produtos em Elaboração	8.173	7.448
Matérias Primas	12.163	13.126
Material para Embalagem	11	10
Estoque Poder de Terceiros	201	459
(-) Estoque Poder de Terceiros	(201)	(459)
Estoque Material de Consumo	450	488
(-) Provisão de Perdas de Estoque	(1.316)	(1.932)
<b>Total dos Estoques</b>	<b>19.481</b>	<b>19.140</b>

Os estoques estão vinculados para liquidação de contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia.

**NOTA 10 - IMPOSTOS A RECUPERAR**

	2022	2021
<b>CIRCULANTE</b>		
Imposto de Renda na Fonte	2	163
Contribuição Social na Fonte	41	114
Antecipação de IRPJ e CSLL (Nota 18)	547	728
IRPJ	313	867
ICMS	11.480	12.107
Cofins	1.470	385
Processo ICMS na Base do PIS/Cofins (b)	17.200	42.114
PIS	319	83
Seguridade Social (a)	371	8.118
<b>Parcela Circulante</b>	<b>31.743</b>	<b>64.679</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
COFINS a Recuperar Imobilizado	1	1
ICMS a Recuperar	1	1
Processo ICMS na Base do PIS/COFINS (b)	63.631	68.056
<b>Parcela Não Circulante</b>	<b>63.633</b>	<b>68.058</b>

**a)** A recuperação da Seguridade Social refere-se aos processos de INSS sobre Férias, INSS sobre Aviso Prévio e INSS sobre Cooperativas cuja recuperação está sendo realizada por compensação mensal. Em 2016 ocorreu o trânsito em julgado dos processos judiciais, sendo reconhecida a atualização dos referidos saldos a compensar de INSS. **b)** Refere-se ao resultado auferido pela ação judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins (Nota 3).

**(b)** Em 2022 foram realizadas as baixas dos imóveis classificados em Baixa dos Imóveis classificados em Propriedade para Investimentos, tendo como contrapartida liquidações de financiamentos. Banco Scania liquidação total, Habitasec e Bradesco liquidações parciais. Nesta operação registrando as reversões das Reavaliações dos Imóveis contra Reservas de Lucros R\$ 2.595.

**(c)** Em 30 de novembro de 2022, foi registrado AVJ - Avaliação a Valor Justo para imóvel a Avenida Carlos Gomes nº 950 e nº 958, Porto Alegre RS.

**NOTA 12 - IMOBILIZADO**

	Terrenos	Imóveis Prédios	Máquinas e Equip.	Ferramentas	Instalações	Móveis e Utensílios	Veículos	Comp. e Periféricos	Software	Imobiliz. Andam.	Total Imobilizado
	0%	4%	10%	20%	10%	10%	30% a 42%	20%	20%	0%	
<b>Em 31/dezembro/2020</b>											
Taxas anuais de depreciação											
Custo	3.171	115.836	51.904	1.794	2.513	12.532	4.208	19.609	3.131	389	218.087
Dep. Acum. e <i>Impairment</i>	-	(22.444)	(36.928)	(1.384)	(1.377)	(9.967)	(4.504)	(19.402)	(68)	-	(96.054)
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>3.171</b>	<b>93.392</b>	<b>14.976</b>	<b>430</b>	<b>1.136</b>	<b>2.565</b>	<b>2.704</b>	<b>207</b>	<b>3.063</b>	<b>389</b>	<b>122.033</b>
Saldo Inicial	3.171	93.392	14.976	430	1.136	2.565	2.704	207	3.063	389	122.033
Adições	-	-	38	20	-	-	-	258	-	-	316
Baixas	-	(3)	(12.823)	(260)	(995)	(4.766)	(326)	(1.775)	-	-	(20.948)
Depreciação	-	(2.106)	(3.227)	(132)	(216)	(752)	-	(50)	(1.276)	-	(7.759)
Baixas da Depreciação	-	-	12.573	227	749	4.330	137	1.775	-	-	19.791
<b>Saldo Final</b>	<b>3.171</b>	<b>91.283</b>	<b>11.537</b>	<b>285</b>	<b>674</b>	<b>1.377</b>	<b>2.515</b>	<b>415</b>	<b>1.787</b>	<b>389</b>	<b>113.433</b>
<b>Em 31/dezembro/2021</b>											
Custo	3.171	115.833	39.119	1.554	1.518	7.766	6.882	18.092	3.131	389	197.455
Dep. Acum. e <i>Impairment</i>	-	(24.550)	(27.582)	(1.269)	(844)	(6.389)	(4.367)	(17.677)	(1.344)	-	(84.022)
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>3.171</b>	<b>91.283</b>	<b>11.537</b>	<b>285</b>	<b>674</b>	<b>1.377</b>	<b>2.515</b>	<b>415</b>	<b>1.787</b>	<b>389</b>	<b>113.433</b>
Saldo Inicial	3.171	91.283	11.537	285	674	1.377	2.515	415	1.787	389	113.433
Adições	-	-	74	8	34	18	-	24	-	19	177
Baixas	(6)	(15)	(1.349)	-	(4)	(1.040)	(46)	(7.697)	-	-	(10.157)
Depreciação	-	(2.107)	(2.792)	(117)	(155)	(586)	-	(93)	(1.787)	-	(7.637)
Baixas da Depreciação	-	-	1.270	4	4	1.023	12	7.688	-	-	10.004
<b>Saldo Final</b>	<b>3.165</b>	<b>89.168</b>	<b>8.740</b>	<b>176</b>	<b>553</b>	<b>792</b>	<b>2.481</b>	<b>337</b>	<b>-</b>	<b>408</b>	<b>105.820</b>
<b>Em 31/dezembro/2022</b>											
Custo	3.165	115.818	37.844	1.562	1.548	6.744	6.836	10.419	3.131	408	187.475
Dep. Acum. e <i>Impairment</i>	-	(26.650)	(29.104)	(1.386)	(995)	(5.952)	(4.355)	(10.082)	(3.131)	-	(81.655)
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>3.165</b>	<b>89.168</b>	<b>8.740</b>	<b>176</b>	<b>553</b>	<b>792</b>	<b>2.481</b>	<b>337</b>	<b>-</b>	<b>408</b>	<b>105.820</b>

O montante de R\$ 4.695 no exercício (R\$ 4.777 no exercício de 2021) referente à depreciação do imobilizado foi debitado ao resultado na rubrica de "custos de produção", o montante de R\$ 258 no exercício (R\$ 203 no exercício de 2021) como "despesas comerciais" e o montante de R\$ 2.684 no exercício (R\$ 2.779 no exercício de 2021) como "despesas administrativas". Os empréstimos e financiamentos da Companhia estão garantidos pelos bens imóveis no montante de R\$ 92.227, suportados pelo valor justo atual dos imóveis, em montante superior aos saldos líquidos contábeis.

	Valor Financiamento em milhares de reais	Valor Garantia em milhares de reais	Garantia Penhor
<b>Financiamentos com Garantias de Penhor</b>			
<b>Banco</b>			
Financiamento - BANCO DO BRASIL	19.174	19.174	Imóveis
Financiamento - BRADESCO	38.259	38.259	Imóveis
Financiamento - HABITASEC	34.794	34.794	Imóveis
<b>Total</b>	<b>92.227</b>	<b>92.227</b>	

**NOTA 13 - INTANGÍVEL**

	Direito de uso	Marcas Patentes	Software Sist. Aplic.	Implantação Sist. e Proc.	Desenv. e Protótipos	Intangível Andam.	Total Intangível
	20%	-	20%	7%	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>							
Taxas Anuais de Amortização							
Custo	531	5	50.060	10.436	-	-	61.032
Amort. Acum. e <i>Impairment</i>	(500)	-	(31.144)	(4.797)	-	-	(36.441)
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>31</b>	<b>5</b>	<b>18.916</b>	<b>5.639</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24.591</b>
Saldo Inicial	31	5	18.916	5.639	-	-	24.591
Amortização	-	-	(2.911)	(879)	-		